

Ano de 2003

Relatório de Actividades da AD

A

ASPECTOS MAIS RELEVANTES DE 2003

O ano de 2003, caracterizou-se essencialmente por cinco aspectos mais salientes: o esforço interno de reflexão para a definição dos principais desafios da AD a médio e longo prazo, o maior protagonismo dos jovens nos programas da AD, a afirmação nacional das rádios comunitárias, o reforço dos projectos de média duração (3 anos) por oposição aos habituais de 1 ano e as ameaças constantes do anterior poder político sobre a nossa ONG.

Pela primeira vez em 12 anos, a AD realizou um grande esforço de **reflexão interna** para a identificação dos principais desafios da AD para os 10 anos seguintes, as formas de organização a adoptar para atingir esses objectivos e os mecanismos de implementação dos programas de terreno.

A preocupação que norteou esta reflexão e debate foi a de não pretender fazer crescer a AD para uma dimensão que acabe por lhe escapar, em que o irrealismo dos objectivos se sobrepusesse à necessária ambição, mesmo que utópica, de que a nossa ONG sempre se mostrou partidária. Houve a procura persistente de aliar a necessidade em conceder uma maior coerência à nossa intervenção nacional baseada na nossa própria identidade com a exigência de dotar a AD de uma maior capacidade baseada numa gestão simples e funcional.

Foi um longo processo de cerca de um ano, que contou com o envolvimento particular dos sócios da AD, especialmente dos fundadores, de alguns dos nossos parceiros do Norte e certas organizações locais, que com os seus comentários e sugestões nos permitiram ir enriquecendo o documento que se apresenta mais adiante neste Relatório (capítulos D e E).

O segundo aspecto relevante deste ano é o da maior adesão, envolvimento e **protagonismo dos jovens** nos programas da AD, fruto do aprofundamento das dinâmicas de desenvolvimento urbano e rural que foram ao encontro de duas das maiores preocupações actuais dos jovens: a procura de uma qualificação profissional que lhe dê acesso a um emprego e a participação em actividades de carácter lúdico e cultural.

Os cursos propostos em 2003 pela Escola de Artes e Ofícios (EAO), tanto os de média duração como a serralharia, a electricidade e a informática, assim como os pontuais de curta duração, batik, serigrafia, tinturaria de panos, fabrico de compotas de fruta, entre outros, tiveram uma enorme adesão dos jovens, acima das expectativas iniciais, as quais ultrapassaram o estrito âmbito do

bairro de Quelele, para implicar os jovens de outros bairros que para aqui passaram a deslocar-se diariamente para frequentarem estes cursos.

Igualmente a dinamização dos Clubes e Associações de Jovens tanto nos centros urbanos como nas tabancas, permitiram criar equipas e escolas de desporto (futebol de 11, futsal, basquete e andebol), grupos de teatro juvenil e infantil (Quelele e Varela), surgimento de novos cantores, acesso dos jovens à internet através de centros multimédia, assim como a implicação de um grande número de jovens de ambos os sexos no funcionamento das rádios e televisões comunitárias.

Tudo isto contribuiu para melhorar a dinâmica dos jovens e aumentar as suas expectativas, elementos determinantes para um seu maior protagonismo e afirmação social.

O ano de 2003 foi também o ano da afirmação nacional dadas **Rádios Comunitárias** e da sua organização representativa, a RENARC. É uma realidade que todas elas estão bem implantadas nas zonas da sua localização, sentido as comunidades locais um sentimento de pertença em relação a elas. O VIIº Encontro das Rádios, em Djalicunda, foi um momento determinante para a eleição dos seus órgãos dirigentes, tendo igualmente sido publicado o primeiro Repertório das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau e definido o esboço das grandes linhas da cooperação externa desta Rede.

Por oposição ao que sempre se passou, a AD começa a ter agora um certo número de projectos com uma duração plurianual, por oposição à situação habitual de projectos anuais ou mesmo pontuais.

Em vez de se viver no fio da navalha, sempre preocupados em renovar os projectos ou andar permanentemente sobre brasas a correr atrás de novos que permitam suportar as dinâmicas em curso, começam a estar reunidas as condições para que a AD, com calma e serenidade, possa reflectir e definir os seus objectivos a médio e longo prazo, evitando as corridas desgastantes que reforçam práticas imediatistas e dificultam a procura de processos de longo fôlego.

O ano de 2003 foi também um ano de grandes ameaças e tentativas de **intimidação política**. A AD e os seus dirigentes sofreram pressões regulares e desgastantes da Procuradoria Geral da Republica, através da subserviência de alguns *magistrados* servis e corruptos sempre ao serviço do poder político de ocasião, que se desdobravam em inventar processos aberrantes para tentar intimidar a AD. O da exigência da alvará da televisão comunitária de Quelele, que funciona por um sistema baseado em video projectado nas ruas do bairro, terá sido o mais hilariante e aquele que confirmou e pôs a nú a incompetência e menoridade de certos agentes supostamente ao serviço da Justiça.

As **extorsões de dinheiro** de contas bancárias da AD, ordenadas por certos juizes sem sequer o nosso prévio conhecimento, foi uma prática inqualificável de quem se julga dono e senhor da arbitrariedade. Logo que os Tribunais passem a ser órgãos de administração da Justiça e não locais tenebrosos de legitimação de compadrios e de compra e venda de influências e decisões, e

em que a simples inovação do seu nome cria um sentimento de terror em todos aqueles que nada devem à justiça, a AD irá processar todos os que nos últimos quatro anos protagonizaram miseravelmente espoliações organizadas dos seus fundos, inicialmente destinados ao desenvolvimento dos grupos sociais mais pobres da nossa sociedade. Estejam eles de vida ou não.

Igualmente um Ministro doente associado a um ambicioso jornalista de pacotilha capaz de vender toda a família para ser membro do governo nem que seja por um dia, ambos caluniadores compulsivos ao serviço de um ditador de ocasião, conluiaram-se mafiosamente para acusar a AD de desviar fundos da União Europeia que, ironia suprema, ainda nem sequer tinham sido desbloqueados para a AD!!! A nossa ONG já instruiu um advogado para os levar a Tribunal, na esperança de até ao seu julgamento, estes órgãos de administração da justiça passem a ser credíveis e merecedores de confiança.

Finalmente, as duas tentativas de assassinato dos dirigentes da AD, foi o expediente último a que o poder político de então recorreu para intimidar e fazer calar as vozes e práticas incómodas. Sem sucesso.

B

Os Programas Regionais da AD

Apresentam-se de forma resumida as principais actividades realizadas em 2003 nos três Programas que a AD implementa nas suas 3 zonas geográficas de intervenção.

B.1 - Programa de Apoio aos Agrupamentos do Norte (PAN)

As acções mais importantes neste ano foram as seguintes:

a) Recuperação do Centro de Formação Rural de S.Domingos (CENFOR)

Foi e será nos próximos anos uma das principais apostas da AD nesta zona, respondendo assim às grandes expectativas dos jovens na procura de uma formação especializada que lhes dê acesso a empregos permanentes.

A falta de recursos financeiros alocados directamente ao CENFOR fez com que se tivesse dado preferência a um sistema de recuperação gradual dos diversos edifícios que compõem a infraestrutura da escola, começando-se pela Oficina de Carpintaria, a Secretaria onde está instalada a televisão comunitária Bagunda e onde serão ministrados os futuros cursos de informática. Também se reabilitou e pôs a funcionar o velho gerador da Escola e o sistema elementar de electrificação.

No plano de actividades para 2004 prevê-se a recuperação da sala de aulas teóricas, a lavandaria que será adaptada para o futuro CTA (Centro de Tecnologia Alimentar) enquanto unidade de transformação e secagem de fruta e a reabilitação de um edifício que virá a ser a Loja de Produtos Agrícolas e o laboratório de controlo e certificação de qualidade do óleo de palma.

O primeiro curso realizado foi o de formação de monitores de carpintaria, ministrado por um especialista do Ayuntamiento de Elx e que vai possibilitar a realização em 2004 de novos cursos, mas estes já destinados aos jovens.

A grande procura de cursos de informática debate-se com a falta de computadores para a formação, pelo que a procura de instituições que os possam fornecer em segunda mão, merecerá uma atenção particular.

b) Promoção da Fileira Óleo de Palma

Para a AD o óleo de palma é um produto económico estratégico desta zona fronteiriça que tem no Senegal e na Gâmbia mercados apreciadores da qualidade do óleo e estimuladores da produção, porque compradores de todos os excedentes produzidos.

A abordagem da fileira começou precisamente pelo aumento da **capacidade de extracção** de óleo de palma, através da introdução de 9 prensas distribuídas a mulheres individuais que as pagam em 2 anos em produto (200 litros de óleo). Para além de diminuir o esforço físico das mulheres, as prensas têm um rendimento suplementar de 18 a 20% de óleo.

O segundo elemento foi o da melhoria dos **circuitos de comercialização** através do apoio concedido a 30 *bideiras* de óleo a quem foram atribuídos créditos individuais de 25.000 FCFA para a sua compra e venda nos *lumus*.

A abordagem à **qualidade do produto**, começou com a distribuição de cerca de 1.000 bidões de 20 e 200 litros com o objectivo de melhorar a qualidade da embalagem. Prevê-se no futuro a afixação de rótulos especiais de promoção do label "**óleo de palma Kasumai**".

Nos próximos anos o acento tónico continuará a ser dado ao aumento da capacidade de produção local de óleo, à organização de melhores circuitos comerciais envolvendo associações congéneres da Casamança e à aposta na qualidade através do seu controlo e certificação.

Paralela e gradualmente, far-se-ão no futuro algumas incursões de sensibilização na área da produção-renovação do palmar, das técnicas de extracção dos cachos de chabéu e na introdução de tecnologias de extracção do óleo de palmista.

c) Potenciação dos Lumus existentes

A valorização dos produtos agrícolas passa necessariamente pela existência de circuitos comerciais dinâmicos e atractivos para os comerciantes.

A aposta em 2003 foi a do reforço das condições de funcionamento do **lumu de Elia**, localizado estrategicamente a meio caminho entre S.Domingos e Varela. Com o apoio da AD foi construído um hangar coberto de grandes dimensões que permite proteger as pessoas e mercadorias do sol e da chuva, construído um poço, instalado um depósito de água de 5.000 litros e feita a canalização para um fontanário público.

A comunidade local assegura a gestão desse *lumu* que tem vindo a crescer de forma notável, sendo actualmente um elemento chave da comercialização de produtos neste sector. Um dos aspectos em que a AD mais tem incidido é na manutenção da limpeza e higiene desse mercado.

Para 2004 está previsto a melhoria do lumu de Cassolol, igualmente um local estratégico do sector.

d) Construção de Escolas

A anterior construção das escolas EVA de Suzana e Iale, associada ao programa deste ano de construção de 6 escolas Firkidja (Quinhicam, Ingorezinho, Djegui2, Cubampor, Budjim e Arame) veio criar um grande interesse e motivação de várias tabancas para o seu envolvimento na criação de outras. Assim, ficaram concluídas em 2003 as EVA de Elia e de Tenhate e iniciou-se a de Edjim. Para 2004, perfilam-se as de Djufunco e de Coladje.

Para a AD a construção destas escolas não é senão o primeiro passo para um trabalho de melhoria do ensino e de colocar as escolas ao serviço da comunidade.

A produção de documentos didácticos prosseguiu com a edição de um Caderno de Campo, sob a colecção “Sumos e Xaropes” (Tambacumba, Ondjo e Fole).

Estes Cadernos são dirigidos a alunos e professores. Aos alunos porque traz novos conhecimentos e também passatempos que servem para irem aplicando os seus conhecimentos de um modo “a brincar”. Aos professores, dando-lhes material variado que podem utilizar tanto na língua portuguesa, conjugando verbos, descobrindo vocabulário, criando histórias e composições. Na matemática ensinando a fazer cálculos para fabrico de sumos. No meio físico e social, recapitulando matérias dadas sobre plantas, em que regiões do país se desenvolvem e os nomes por que elas são conhecidas na várias línguas do país. Contêm passatempos como os crucigramas e sopa de letras.

e) Reforço da Comunicação Comunitária

A criação da **TV Bagunda** em S.Domingos já no final de 2003, veio iniciar a primeira experiência de televisão comunitária em zona rural. Foi instalado o material de produção, formada e capacitada uma equipa de jovens voluntários que começaram a captação de imagens e a aprendizagem da produção e edição vídeo.

Esta iniciativa decorre na sequência do sucesso da Rádio Kasumai e da apropriação que dela fez a comunidade deste sector. Esta Rádio iniciou em 2003 um processo de reorganização que a adapte aos novos desafios e crescimentos que foi sofrendo nestes 8 anos de existência.

Há a registar o início da discussão sobre a criação de uma associação “Rádio Kasumai”, o processo de envolvimento de representantes da comunidade e das associações de base na sua gestão e direcção.

A diversificação e melhoria do conteúdo da sua programação, assim como a sua afirmação no espaço subregional (Senegal) foram os traços dominantes da sua actividade este ano.

f) Início da Intervenção em Ingoré

Finalmente em 2003 a AD instalou-se em Ingoré para responder às solicitações de vários agrupamentos e associações que nos vinham pressionando.

Para além de se ter iniciado a construção de uma pequena sede-alojamento da técnica sediada nesta zona, num terreno doado pela população, o programa da AD assentou na cooperação de 2 associações locais: a UPAI (União dos Pequenos Agricultores de Ingoré) e a Associação de mulheres “Nô Djunta Cabeça”.

Os temas de desenvolvimento ligaram-se à fruticultura e horticultura.

g) Outras Acções

Iniciou-se em Iale, o processo de criação da primeira **Mutualidade de Saúde**, o que vai implicar uma colaboração muito estreita com o Ministério da Saúde, em especial na afectação de uma parteira na Maternidade de Iale, a melhoria do funcionamento do Centro de Saúde de Iale e a melhoria das condições de atendimento do Hospital de S.Domingos. se tal não acontecer a Mutualidade está votada ao fracasso.

No Hospital de S.Domingos e com a colaboração do Ayuntamiento de Elx procedeu-se ao aproveitamento de um espaço para a construção de uma sala de operações vocacionada especialmente para as intervenções oftalmológicas.

Na cidade de S.Domingos reabilitou-se a rede pública de distribuição de electricidade e de água, tendo-se para o efeito criado um grupo de activistas para a sua gestão e cobrança para assegurar o funcionamento do gerador.

O ano de 2003 viu nascer a **Cooperativa Lanterna do Campo**, que se pretende afirmar como um dos motores organizados dos agricultores do sector de S.Domingos.

B.2 – Desenvolvimento Urbano de Quelélé

As acções mais importantes neste ano foram as seguintes:

a) Escola de Artes e Ofícios

O primeiro ano de funcionamento da EAO foi notável de expectativas e entusiasmo que criou nos jovens em especial do bairro de Quelele.

Os cursos de informática (frequência diária de 60 jovens), de electricidade (24 jovens) e de serralharia (17 jovens) contribuíram para dar uma grande visibilidade e prestígio à AD.

Foram também organizados cursos pontuais no domínio da transformação de frutas e legumes (compotas), serigrafia, tinturaria, batick, corte e costura e outros.

Embora a qualidade dos cursos seja boa, chegou-se à conclusão que, para todos os cursos, deverá haver dois módulos complementares:

» um curso sobre o tema “**Como gerir um negócio**”, pretendendo-se a sensibilização dos formandos para os procedimentos básicos de organização e gestão do negócio e para a necessidade de produzir com qualidade. Responde-se assim à grande dificuldade que os alunos saídos da escola têm para iniciar o seu primeiro emprego.

» um curso de “**Comunicação em Língua Portuguesa**” com o objectivo de reorganizar, consolidar e actualizar os saberes adquiridos, mobilizando-os e adequando-os às diferentes necessidades comunicativas que a vida cívica e profissional vai fazendo surgir. Este módulo inclui uma componente de “**Educação para a Cidadania**” que visa proporcionar aos formandos oportunidades de explorar um conjunto de situações sociais, de reflectir sobre a natureza das relações interpessoais e desenvolver a compreensão dos factores pessoais e sociais que influenciam as suas próprias vidas.

A EAO atingiu um nível de prestígio e expectativa que exige respostas consequentes da AD, em particular:

- » dotar a Escola de um quadro permanente de pessoal e formadores a trabalhar a tempo inteiro
- » melhorar substancialmente o seu funcionamento administrativo e financeiro
- » criar programas anuais de formação e planificar o ano formativo
- » investir muito tempo na promoção da Escola e na venda dos seus serviços (cursos, instalações e capacidades)
- » criar mecanismos para a sua auto-sustentabilidade financeira

b) Centro Cultural Juvenil

A diversificação de actividades deste Centro foi uma das características do trabalho em 2003.

O Centro Cultural viu a sua taxa de utilização subir muito em relação aos anos anteriores, sendo de realçar que se antes era um local de encontro de jovens rapazes, agora as raparigas frequentam-no em muito grande número.

De salientar algumas das suas actividades:

» criação de 2 grupos de teatro (um de jovens e outro infantil) que ensaiam e apresentam as suas peças, fazendo mesmo tournés noutras regiões do país.

» apresentação, e na maior parte dos casos estreias, dos espectáculos do Grupo “Os Fidalgos” que levaram os moradores de Quelele e não só a passarem a gostar de teatro e a virem em massa nos dias de espectáculos.

- » realização de “passagens de modelos” que são momentos de grande participação sobretudo das raparigas
- » criação de uma banda musical que faz a animação dos espectáculos
- » passagem de filmes infantis aos domingos de manhã destinados às crianças do bairro e em especial aos alunos das escolas populares
- » organização de festas de grupos de jovens, da AD, da Rádio Voz de Quelele, etc.
- » realização de festivais de culinária para a divulgação de pratos tradicionais das diferentes etnias e comunidades do bairro
- » exposição de desenhos infantis
- » organização do Carnaval Infantil
- » exposição de produtos da Alfaiaria das Costureiras de Quelele

Para 2004, o Centro prevê passar a apresentar no início de cada mês um programa mensal com todas as actividades culturais detalhadas. Igualmente espera-se que se dê início às Noites Brancas, espectáculos musicais ao ar livre que se realizarão uma vez por mês no dia de lua cheia.

c) Outras Actividades

Foi criado o **Centro Juvenil Multimédia** que permite aos jovens do bairro ter acesso à internet, a uma sala de estudos e de leitura de jornais, assim como a uma biblioteca com romances, livros técnicos e dicionários.

Prosseguiram as actividades de **microcrédito** às mulheres e às associações, tendo-se começado a conceber a Mutualidade de Crédito de Quelele que será criada legalmente em 2004.

Foi concedido crédito a 108 beneficiários, num montante de 5.300.000 CFA, tendo sido reembolsados 3.605.000 CFA, o que corresponde a uma taxa de 68%, como assinala o quadro seguinte.

GRUPO	Beneficiários	Crédito atribuído	Crédito reembolsado	Taxa de reembolso (%)
Grupos de Abota	75	2.100.000	2.100.000	100
Mulheres	76	1.950.000	1.120.000	57
Raparigas	3	300.000	80.000	27
Jovens profissionais	8	950.000	305.000	32
Total	108	5.300.000	3.605.000	68

B.3 - Programa Integrado de Cubucaré (PIC)

As acções mais importantes neste ano foram as seguintes:

a) Reorganização do Modelo de Intervenção da AD

Em 2003 a forma como a AD intervinha no PIC foi remodelada, tendo-se optado pela desconcentração dos técnicos e quadros de lembrem para a periferia. Aquilo que eventualmente se poderia perder em coordenação de actividades, ganhou-se em maiores e melhores dinâmicas comunitárias nas tabancas fora da sede da AD no sul.

A AD passou a ter um ponto de apoio em Cabedú e outro em Guiledje, cobrindo assim de forma mais harmoniosa quase todo o sector de Cubucaré, à excepção de Caboxanque. A afectação de um técnico em cada um destes pontos e o início da construção de pequenas sede-alojamento, em terrenos doados pelas comunidades locais, irá em 2004 permitir uma intervenção de maior proximidade e ajudar a limitar o grande estrangulamento que são as vias de comunicação neste sector.

Assim, em 2003 já se começou a privilegiar as intervenções na periferia de Lemberém, sobretudo nas tabancas que estão mais afastadas da sede da AD.

b) Ordenamento do Espaço Comunitário

Neste domínio foram consolidadas as actividades iniciadas nos dois últimos anos, com a criação dos Comités de Gestão à volta de cada mata reservada. Para além da marcação e sinalização dos corredores de animais selvagens, foi feita a formação de guardas comunitários para controlar os corredores de fauna, a sensibilização e envolvimento da população de 56 tabancas à volta dos corredores, em acções geradoras de rendimento (fruticultura, bas-fond, comércio, apicultura, micro-crédito, lojas agrícolas, etc.) e reinstalação de 221 agricultores em novos campos agrícolas tendo em conta que os seus anteriores campos estavam situados nos corredores de fauna.

c) Ensino Ambiental e Ecoturismo

Foi construída, com a participação da comunidade local, a **Escola** de Verificação Ambiental de **Cadique**, com 4 salas de aula e com a capacidade para 320 alunos. Pretende-se levar as crianças a compreenderem melhor as interações entre o homem e o meio ambiente através de uma aprendizagem natural nas disciplinas clássicas de ensino e descobrindo a natureza através de passeios organizados nas matas.

Foram criadas as **Reservas Educativas** de **Cadique** e **Loutchandé** que servirão para ajudar os alunos e professores das EVA a descobrir e compreender o meio ambiente e as ameaças que pesam sobre ele. As observações e estudos que se irão fazer nestas reservas, irá permitir-lhes compreender a complexidade das relações que ligam os seres vivos ao seu quadro de vida.

A **Casa do Ambiente e Cultura** de Cantanhez foi dinamizada, com actividades de carácter cultural e recreativo, através exposição de peças de arte de diferentes grupos étnicos e com saraus culturais onde todos os grupos étnicos apresentam as suas histórias, lendas, danças e tradições culturais.

Prosseguiram os **programas radiofónicos** para educar, formar e sensibilizar as diferentes comunidades locais para os aspectos da conservação e gestão durável dos recursos naturais.

Deu-se início a construção de **11** novas **escolas** de ensino básico que passarão a fazer parte da Rede nacional das Escolas EVA.

Foi realizado um levantamento da **fauna** de Cantanhez, tendo sido identificadas mais de 50 espécies de animais, algumas consideradas ameaçadas e de grande interesse para o ecoturismo. Também foi criado um grupo de 15 guias turísticos que vão contribuir para dinamização de actividades de ecoturismo em Cantanhez.

d) Segurança Alimentar

Prosseguiu o apoio aos 8 viveiros frutícolas existentes nas tabancas de Caboxanque, Cautchinque, Catchamba, Guiledje, Farosadjoma, Cafal e Darsalame.

Iniciou-se em 2003 no Regulado de Guiledje um apoio no domínio da horticultura, concentrado em 18 tabancas e envolvendo 263 mulheres que cultivam cebola (65%), tomate (15%), alface (10%), pimentão (3,5%), repolho (2,5%), beringela (2%) e outras (couve e cenoura). A cebola continua a ser a cultura que suscita maior interesse, devido à facilidade de comercialização e conservação, sendo também utilizada na troca com o arroz (1 kg de cebola para 3 kg de arroz), especialmente nos períodos de défice alimentar (Julho a Setembro).

d) Outras Actividades

Deu-se início à construção da **Maternidade** de leMBERÉM que terá como funções igualmente os de um centro de saúde. Esta é uma resposta à elevada taxa de mortalidade materno-infantil pré-natal e na altura dos partos.

A **Rádio Lamparam** ganhou uma nova dinâmica, tanto a nível do funcionamento, como a nível da qualidade e da diversidade dos programas que produziu. O engajamento da população local tornou-se mais efectivo, participando na produção e difusão de diferentes programas de carácter social, educativo e técnico. Neste momento, está numa fase muito avançada da criação da Associação da Rádio, com os seus respectivos órgãos sociais.

Neste ano, o PIC concedeu **micro-crédito** a 10 tabancas, no valor de **1.410.000 XOF**, para as seguintes de banco de cereais, produção e venda de sementes, venda de medicamentos, fruticultura, pesca artesanal e fabrico de móveis. Conseguiu-se recuperar este ano, os reembolsos em atraso no valor de 639.650 XOF.

Reforçaram-se os **circuitos de comercialização** existentes nos sectores de Cubucaré e Quitafine através da dinamização da capacidade de aquisição de mercadorias das **lojas agrícolas** e das mulheres **bideiras**, utilizando o sistema de micro-crédito existente. Os gestores destas lojas e as **bideiras** têm recebido periodicamente formação nos domínios da organização, gestão e contabilidade de base, formulação dos preços (estrutura de custos) e marketing.

Os cursos de **alfabetização** funcional continuaram nos três círculos, dois em leMBEREM e um em Madina.

C

AD – Doze Anos de Resultados

Doze anos depois da sua criação, importa analisar quais os resultados concretos e as contribuições decisivas para o desenvolvimento que a AD trouxe ao país.

Interessa ver e analisar em que medida é que esses sucessos se limitaram ao estrito *consumo* interno ou se, pelo contrário, tiveram um efeito multiplicador, acabando por ser apropriados por outras organizações, comunidades ou mesmo departamentos governativos.

No fundo, estas actividades de impacto representam a própria identidade da AD e a imagem com que ela se apresenta na sociedade guineense e perante todos os seus parceiros. Afinal de contas, aquilo que a faz ser uma ONG de resultados e não de intenções.

Certamente que se se procurar encontrar o denominador comum para os principais sucessos da AD, verifica-se que em todos eles houve a preocupação de:

- » fazer com que as comunidades de base se **apropriassem** dessas dinâmicas

- » **capacitar** os seus líderes para serem eles a conduzir esses processos

- » potenciar uma intervenção política das comunidades locais e grupos sociais, que os levassem a assumir um maior **protagonismo** na defesa dos seus interesses e na elaboração de propostas para o seu desenvolvimento.

Seleccionámos apenas seis casos que julgamos mais representativos da filosofia e objectivos de intervenção da AD.

C.1- As Rádios Comunitárias cobrem já todo o país

Há cerca de 10 anos, em Fevereiro de 1994 a AD lançou a primeira Rádio Comunitária, a Rádio Voz de Quelélé.

Nessa altura não existia nenhuma outra Rádio privada.

Aquilo que foi considerado como um desafio político ao poder monocórdico de então, traduziu-se num instrumento importante da comunicação local e rural, a voz das preocupações e interesses das comunidades marginalizadas, a possibilidade de resgate dos valores culturais étnicos em particular das minorias, a transmissão de informações inter-comunidades, num país onde a rede de comunicações telefónicas era praticamente inexistente, a prestadora de um serviço público nas áreas da saúde, agricultura e educação, assim como no do empoderamento das organizações associativas e representativas locais.

As 4 rádios comunitárias que a AD promoveu (a Voz de Quelélé, a Kasumai, a Lamparam e a EVA-Suzana) assumiram plenamente o desafio de partida, viram uma rádio ser mandada encerrar pelo poder político e alguns dos seus radialistas serem presos, mas prosseguiram com determinação e hoje são corresponsáveis pela existência de 16 rádios comunitárias na Guiné-Bissau, cobrindo todas as regiões do país.

Tornaram-se um instrumento indispensável para o desenvolvimento, de tal forma que é frequente ver as comunidades locais colocarem como sua primeira prioridade a instalação de uma rádio de proximidade.

O modelo de criação e funcionamento preconizado pela AD acabou por fazer escola e hoje há rádios comunitárias de rua, de tabanca, de zona ou de sectores.

O envolvimento gradual de jovens de ambos os sexos nestas rádios, a sua capacitação técnica e conceptual, a gestão e direcção das mesmas foram os elementos determinantes para o seu sucesso.

Outro dos indicadores de sucesso é o de já se terem realizado **sete** Encontros nacionais destas rádios, feito inédito, uma vez que nenhum outro meio de comunicação conseguiu passar para além de um. Estes Encontros permitiram ir criando um ambiente de troca de experiências e ideias e cimentar uma coesão entre as rádios que permitiu a constituição da Rede Nacional das Rádios Comunitárias **RENARC**, actualmente responsável pela coordenação e dinamização das actividades de formação e concertação.

A colaboração com iniciativas de outros PALOP, particularmente Cabo Verde (formação de radialistas) e Angola, assim como com Moçambique e Timor (criação de uma rádio), levaram esta iniciativa a patamares que ultrapassam os simples limites nacionais.

O impacto das rádios comunitárias levou a AD a lançar em 2001 a primeira **Televisão Comunitária**, a TVKlélé, como outro tipo de meio de comunicação e animação comunitária, a que se seguiu em 2003 a TVBagunda, numa zona rural.

C. 2 – Associações de Moradores dos Bairros de Bissau

A AD esteve igualmente na origem da criação da Associação dos Moradores de Quelele, a primeira associação de bairro do país.

Hoje, já quase todos os bairros de Bissau têm associações de moradores, demonstrando desta forma o efeito multiplicador deste processo iniciado em 1994.

As dinâmicas sociais e iniciativas inovadoras que estas associações lançaram, traduziram-se num impacto muito positivo a nível de um maior protagonismo das mulheres, a nível da melhoria das condições de acesso à saúde, incremento de actividades geradoras de receitas e organização de serviços e mutualidades de microcrédito. Também os jovens viram melhoradas as

condições da sua inserção social através de acções culturais, recreativas e desportivas e nalguns casos o acesso à sua formação profissional e integração no tecido económico do bairro. Os adultos encontraram nestas associações de bairro o seu envolvimento em actividades de melhoramento do habitat, casas, saneamento e água. Também as crianças viram melhoradas as suas condições de ensino, através das escolas populares, e o seu desenvolvimento em termos humanos e culturais.

Para além de serem estruturas locais de envolvimento dos diferentes grupos sociais, as associações de bairro representam também a interface com o poder autárquico, podendo vir a representar no futuro um momento de intervenção na gestão do território local, definição de prioridades e responsabilização nos processos decisórios de desenvolvimento.

Estas associações são igualmente estruturas de valorização da ocupação dos tempos livres estimulando os jovens para actividades que respeitem valores da solidariedade, de respeito pelas diferentes culturas e de tolerância para com os que pensam diferentemente.

A criação de

» **Centros Multimédia** permite aos jovens abrirem-se através da internet ao mundo exterior e terem acesso a jornais e livros, assim como utilizarem as instalações para estudar,

» **Centros Culturais** onde os jovens criam grupos de teatro, bandas de música, vêem filmes, noticiários das televisões e torneios desportivos,

» **Escolas de Desporto** em que os mais jovens aprendem a praticar várias modalidades desportivas (basquete, andebol, futsal)

são outras tantas iniciativas que as associações de bairro incrementam.

Nove anos depois a iniciativa das **associações de bairro** não só está consolidada como começa a fazer o seu percurso noutras cidades do interior do país.

C. 3 – Ensino Profissional para o Primeiro Emprego

A nossa ONG está também no início do processo de luta contra o desemprego urbano na cidade de Bissau, em especial dos jovens rapazes, através da capacitação profissionalizante de raparigas e mulheres para a criação do primeiro emprego. A **EAO**, Escola de Artes e Ofícios de Quelele, criada em 2002, é a sua expressão visual.

Numa zona rural, o **CENFOR**, Centro de Formação para o Desenvolvimento Comunitário de S.Domingos, criado em 2003, propõe-se incentivar a formação de líderes de associações

É uma aposta muito forte da AD e representa actualmente um dos desafios de maior responsabilidade, uma vez que exige muito profissionalismo na gestão e organização da Escola e reconhecida competência dos monitores dos cursos.

O reconhecimento e entusiasmo dos jovens, particularmente de Quelele e de S.Domingos pela formação profissionalizante, traduz o facto desta se tratar de uma iniciativa que vem responder aos seus anseios

Na realidade, os cursos são abertos e frequentados por rapazes e raparigas capacitando-os para acções que lhes permitem aceder a actividades geradoras de receitas e de prestação de serviços. Desta forma eles sentem-se melhor preparados para concorrer com a oferta de mão-de-obra dos senegaleses que, por estarem actualmente mais avançados e terem maior experiência, têm tendência a dominar o mercado local de serviços.

Em relação ao CENFOR existe ainda outro desafio. É que com o rápido crescimento e importância futura de S.Domingos, que a ponte de S.Vicente daqui a 2 anos irá potenciar, enquanto cidade de prestação de serviços e entreposto de comercialização de produtos agrícolas, vai exigir muita mão-de-obra qualificada em domínios tão diversos quanto a informática, a gestão e contabilidade, línguas (em especial o francês e inglês), construção civil, electricidade, mecânica, etc.

C.4 - Escolas Populares do Bairro de Quelélé

Quando a AD começou em 1996 o apoio às chamadas “*escolas ba di pé di mango*” muitas vezes se levantaram então para a questionar fortemente sobre esta opção, em particular o que é que pretendíamos ao sustentar escolas de “baixo nível” e com um ensino ministrado em condições deploráveis.

A posição da AD baseava-se na percepção da degradante situação do sistema de ensino oficial, também ele sem as mínimas condições físicas de funcionamento, com a larga maioria dos professores entregue a si própria, sem reciclagem regular e com o nível de conhecimento dos alunos a ser menos que mau.

O facto de haver uma dinâmica de certos actores sociais da comunidade que surgia em resposta à derrocada do ensino oficial, mereceu uma atenção especial da AD, convicta que um dos papéis das ONG é o de terem que ter a percepção, antes do tempo, das trajectórias interessantes e portadoras de inovação que as comunidades desencadeiam, antecipá-las na compreensão das suas potencialidades, identificar as suas fraquezas e caminhar com elas propondo-lhes soluções enriquecedoras.

O que aconteceu a seguir veio dar-nos razão. Ao mesmo ritmo que as escolas publicas se envolviam num complexo processo de auto-destruição, com salários em atraso e professores em greve, os anos lectivos foram sendo anulados com a mesma cadência com que as escolas populares melhoravam de qualidade e viam subir o número de alunos nelas inscritos.

Em sete anos o número de escolas populares passa de 1 para 16.

Esta dinâmica que se limitava à cidade de Bissau passou a ser reproduzida noutras cidades do interior do país.

O envolvimento da AD nesta iniciativa, baseou-se fundamentalmente nas seguintes premissas:

» contribuir para a melhoria da **qualidade do ensino** nestas escolas, através de um apoio pontual para melhorar as suas instalações e a formação e superação dos professores nos domínios pedagógicos, gestão de escolas, programação de aulas e calendarização de matérias ao longo do ano;

» pôr a escola a **prestar serviços** à comunidade, através da criação de círculos de alfabetização para os pais dos alunos, especialmente as mães mais jovens, e a promoção de medidas de higiene doméstica e familiar;

» fomentar as **actividades para-escolares** que desenvolvam o espírito criativo das crianças e jovens e o seu sentimento de auto-estima, em particular pelo resgate da diversidade cultural étnica, através da música, desporto, desenho, pintura, produção de livros sobre aspectos da vida do bairro.

A aposta da AD neste novo processo de ensino revestiu-se de várias iniciativas inovadoras:

» A criação de um **Forum das Escolas Populares de Quelele** com o objectivo de melhorar a coordenação das iniciativas inter-escolinhas, na troca de experiências de ensino e métodos de organização das escolas. O trabalho do Forum acabou por ser reconhecido pelo Ministério da Educação Nacional, na pessoa do seu próprio Ministro que apresentou uma série de propostas de colaboração com o Forum.

» A realização de uma série de **Sessões de Formação** para os professores das Escolas Populares, através de cursos de *planeamento e estatística*, iniciação à *informática*, ensino do português, formação de *formadores e metodologia de ensino* do português, matemática, expressão e educação física. O impacto destes cursos foi notório dando muito maior auto-confiança dos professores e a predisposição para apresentar publicamente as suas lagunas pedagógicas a fim de serem superadas.

» A criação do **Centro de Animação Infantil** que permite a cada escola aceder à utilização e produção de material didático (jogos educativos, livros escolares, manuais, computadores) que facilita aos alunos uma maior abertura para o mundo e um maior interesse no que aprende. Dispõe de jogos educativos virados para várias áreas do conhecimento, como a matemática, física, corpo humano, ambiente, literatura, língua portuguesa, dicionários, etc. e realiza *cursos de educação visual* para as crianças aprenderem a utilizar tintas e guaches para a elaboração de desenhos e pinturas. Esta iniciativa teve tanto sucesso que se traduzirá pela edição de um livro de contos infantis feito pelas crianças do bairro e ilustrado por desenhos e pinturas feitas por elas próprias, previsto para ser publicado pela Editora Caminho de Portugal em Outubro de 2004.

» Aproveitar estas escolas para iniciar programas de **Alfabetização de Mulheres** com interesse especial das jovens mães que tinham ido à escola enquanto crianças, mas que precocemente e por condicionalismos de ordem familiar acabaram por abandonar o ensino.

C. 5 – Gestão Comunitária da Floresta de Cantanhez

O envolvimento e apropriação gradual das comunidades locais na gestão do território e em especial na defesa dos seus recursos naturais, é uma imagem de marca e orgulho da AD.

Com o objectivo de promover a criação de **territórios de desenvolvimento**, através da implementação de *sistemas de gestão comunitária* dos recursos naturais, em particular na Floresta de Cantanhez e nas bacias dos Rios Cacine e Cumbidjan, envolveram-se de forma sistemática agricultores, pescadores, caçadores, jovens, mulheres, alunos das escolas, associações, agrupamentos, régulos e responsáveis de tabanca, em dinâmicas de valorização e preservação dos recursos locais.

Foram potenciadas dinâmicas locais, saberes comunitários e mobilizadas capacidades adormecidas para o surgimento de espaços de concertação e diálogo, ou mesmo de confronto de posições e interesses, na procura de soluções consensuais. O resultado maior foi o do surgimento de um ambiente institucional local desconcentrado, que favoreu o envolvimento em pé de igualdade dos vários interlocutores, chamados a assumir o seu protagonismo e as suas responsabilidades individuais e colectivas.

Um dos resultados deste programa, foi o da criação de **Comités de Gestão de Territórios de Regulado**, constituídos pelos régulos, seus conselheiros, líderes das principais associações de agricultores, mulheres e jovens e técnicos da AD, onde se debatem os programas de desenvolvimento, as suas implicações ambientais, os problemas de preservação dos corredores entre as 14 Matas, as alternativas técnicas menos penalizadoras dos recursos naturais, a identificação dos guardas comunitários e as medidas de conservação da biodiversidade.

Mais recentemente, duas novas iniciativas foram lançadas no quadro deste programa:

» a criação e demarcação de dois **corredores de animais selvagens**, feita em sintonia com as tabancas limítrofes, representaram um marco importante para a defesa do transito de elefantes, búfalos e *simsim*, entre a zona de Cantanhez e as Matas de Dulombi e da Guiné-Conakry.

» o impulso ao **ecoturismo**, através da identificação de alguns itinerários e percursos turísticos, em particular na Mata de Canâmina, no rio Cacine e nas Matas de Chimpanzés e no início da identificação de jovens saídos das Escolas EVA para serem guias turísticos

C. 6 – As EVA já estão em várias regiões

A primeira Escola de Verificação Ambiental é criada em Suzana em 1995, com o objectivo de **promover o ensino ambiental**, através de uma associação entre a escola e a comunidade com vista à prevenção e resolução dos problemas que afectam a vida dessa comunidade, numa perspectiva global,

assente no princípio de que o **ensino** é um dos meios mais seguros para se alcançar uma verdadeira tomada de consciência dos problemas ambientais, desde o conhecimento do meio, à mudança positiva e durável dos comportamentos face ao meio que nos rodeia, bem como à aquisição de técnicas conducentes a uma melhor gestão dos territórios.

Adoptando uma **pedagogia pela acção**, baseada na organização da aprendizagem em torno de temas, na renovação da organização do quadro escolar e numa evolução positiva das relações entre a escola e o seu meio, foram criadas novas escolas **EVA** no sector de S.Domingos, tais como as de Iale, Elia, Tenhate e está em construção a de Edjim. Também no sul, no sector de Cubucaré, foram criadas as de Iemberém e Cadique. Estão em construção para começarem a funcionar em Outubro de 2004, 17 novas escolas que se vão integrar na Rede das Escolas EVA, naqueles dois sectores.

Paralelamente vêm aderindo a este movimento outras escolas de Bolama, Buba, Bubaque e Orango,

Alargando o campo educativo a toda a comunidade, através de uma interpenetração entre todos os actores e componentes sociais e envolvendo os os portadores do saber nos assuntos de aprendizagem e na formação dos alunos, em que as actividades executadas não partem apenas dos programas oficiais pré-estabelecidos, mas da observação e análise do meio, da leitura e interpretação do ambiente, facilitando a identificação dos problemas da própria localidade, estas EVA vêm conquistando a participação de toda a comunidade nos assuntos da escola.

Paralelamente, novas iniciativas foram associadas à dinâmica EVA:

» a constituição das **Reservas Educativas**, que alternam as actividades em sala de aula e no terreno, contribuindo para uma nova maneira de ensinar e de aprender e promovendo o surgimento de um novo estado de espírito. São locais de demonstração viva de ecologia, pois servem para ajudar a descobrir e compreender o meio ambiente e as ameaças que pesam sobre ele, onde os alunos e professores são actores do seu projecto e as observações e estudos estão a permitir ver e compreender a complexidade das relações que ligam os seres vivos ao seu quadro de vida.

» a criação das **Casas de Ambiente e Cultura**, embora não tenha sido uma iniciativa originalmente da AD, acaba por ser recuperada e convertida em associação local. As CAC potenciam a identificação e resolução dos problemas ambientais como a sobreexploração dos recursos do naturais (mangal, palmar, cibes, peixe e água.

» A criação da primeira rádio escolar, em 2002, a **Radio EVA de Suzana** é igualmente um marco na história das rádios locais por ser a primeira a funcionar integralmente realizada por alunos que reforçam o seu espírito de iniciativa, as formas de comunicação com os outros, aprendam a redigir textos, a sintetizar ideias e informações e a escrever correctamente o português.

D

Os Três Desafios Temáticos para os próximos 10 anos

Com 12 anos de experiência e trabalho, a AD está em condições de procurar definir os seus grandes eixos de intervenção e os desafios a que se propõe abalçar nos próximos 10 anos.

1º DESAFIO

Contribuir para a criação de condições para uma SOBERANIA ALIMENTAR na GUINÉ-BISSAU

Este desafio representa a prioridade expressa das comunidades rurais e do país. A AD, enquanto estrutura de promoção de novas formas organizativas no mundo rural e urbano, de sensibilização local e de combate a nível global, considera que este desafio assume várias vertentes da sua intervenção:

- a) Influenciar a **política agrícola nacional**, em especial a sua componente de segurança alimentar, intervindo a nível da plataforma das ONG, das redes de ONG, de associações locais actuando neste domínio e junto das delegações locais do Ministério de Agricultura nas zonas onde a AD está presente, influenciando e condicionando desta forma as decisões políticas.
- b) Criar sinergias com outras ONG nacionais e estrangeiras para **combater as políticas que defendem e praticam a livre entrada de alimentos** nos países do Terceiro Mundo, protagonizada principalmente pela OMC e que põem em causa a soberania alimentar na Guiné-Bissau.
- c) Promover uma **concertação sub-regional** com ONG e associações de base dos países vizinhos, para a defesa da soberania alimentar e a apresentação de propostas concretas alternativas ao actual estado da situação alimentar, que inclua o estabelecimento de acordos comerciais entre associações e comunidades dos diferentes países e a promoção de mercados semanais (*lumus*), entre outros.
- d) Contribuir para a **definição**, a nível de cada sector geográfico de intervenção da AD, **dos produtos estratégicos** que servirão de motor e serão os dinamizadores de processos locais do desenvolvimento social, cultural e económico, em que a AD será chamada a desempenhar uma acção de pesquisa, concepção, execução e assistência técnica e que contribuirá para a segurança alimentar local.
- e) Promover a **diversificação de culturas** agrícolas, como a resposta às irregularidades climáticas e à preponderância da cultura de arroz, em função das condições edafo-climáticas, hábitos alimentares e carências nutricionais prevalentes, incluindo a criação e reforço de uma rede de agricultores produtores de sementes, plantas e propágulos.
- f) Apostar na criação diversificada de **iniciativas geradores de receitas** a nível da comunidade, das associações e individuais que permitam melhorar as condições financeiras das unidades familiares e do seu

acesso a bens alimentares, assim como promoção a introdução de novas tecnologias adaptadas que facilitem e aligeirem o trabalho das mulheres, assegurando melhores rendimentos.

- g) Promover a valorização e utilização dos **recursos naturais** de forma **racional e sustentável**, trazendo benefício às comunidades locais, incentivando-as a reforçar os sistemas tradicionais de protecção e conservação da natureza.

2º DESAFIO

Desenvolver e reforçar as ORGANIZAÇÕES LOCAIS E COMUNITARIAS que promovam um Modelo de Sociedade JUSTO, SOLIDÁRIO E DEMOCRÁTICO

A abertura das comunidades locais à *modernidade* e ao desenvolvimento vai exigir da sua parte um esforço para a sua organização em moldes novos que aceitem os desafios do progresso, preservem o fundamental das suas identidades e culturas e criem mecanismos de defesa face a interesses que não são os seus.

O desafio maior da AD é contribuir para a identificação, promoção e divulgação deste tipo de organizações, sem as quais o desenvolvimento local será efémero, inconsistente e a qualquer momento reversível. A AD deverá estar na primeira linha deste determinante processo por forma a:

- a) Contribuir para a participação activa dos grupos mais pobres das populações rurais e urbanas, protagonizando a **descentralização política** e a construção de um sistema de democracia participativa.
- b) Apoiar o **reforço interno** e a capacidade das **organizações locais** para poderem melhorar as condições de vida das comunidades locais e assumirem um papel na definição das políticas sociais e económicas das zonas onde estão inseridas
- c) Promover o **associativismo** rural e urbano, enquanto formas inovadoras de participação organizada e solidária de combate às desigualdades e injustiça sociais, económicas e políticas e que engendram a exclusão, promovendo uma justa repartição dos recursos, igualdade de oportunidades, acesso aos serviços sociais de base e à participação na elaboração e controlo das políticas de desenvolvimento.
- d) Promover a **capacitação das associações** locais, comunidades, jovens e mulheres, através da criação de sistemas de formação e capacitação dos líderes, membros e associados, de forma mais formal (na Escola de Artes e Ofícios de Quelele e CENFOR de S.Domingos) ou de maior proximidade (CTA de lale, formação em serviço, etc.)
- e) Contribuir para o surgimento de **redes temáticas** de organizações (rádios comunitárias, pescadores, fruticultores, etc.) como forma de obter um maior protagonismo na conquista de espaços de intervenção para a promoção de um sistema democrático consolidado.
- f) Promover a organização de **encontros temáticos** centrados em temas prioritários para o desenvolvimento justo e responsável

- g) Criar **centros de documentação e informação** nas organizações e estruturas locais que permitam, particularmente aos líderes e jovens, o acesso ao conhecimento e à experiência
- h) Capitalizar os **conhecimentos adquiridos** pela longa experiência da AD, passando-os a escrito e partilhando-os com as organizações afins e com os seus parceiros.

3º DESAFIO

Incrementar o surgimento de PROCESSOS INOVADORES de efeitos multiplicadores para a resolução dos desafios comunitários

A AD defende que uma ONG se justifica pela incessante procura de novos caminhos para os novos desafios do desenvolvimento, mesmo que isso implique os riscos inerentes à pesquisa de tudo o que é inovador. Os sucessos que a AD teve neste domínio (rádios comunitárias, escolas EVA, associativismo rural e urbano, escolas populares, ensino profissional, gestão comunitária da floresta de Cantanhez) tornam-na moralmente responsável para prosseguir nesta via, em especial devendo:

- a) Promover novos **sistemas de comunicação** activa das comunidades locais, em que elas possam exprimir as suas prioridades, expor as suas preocupações e problemas e defender os seus interesses, utilizando em particular as rádios e televisões comunitárias.
- b) Aprofundar as estruturas e mecanismos de **gestão comunitária** dos recursos naturais, do tipo das Escolas de Verificação Ambiental, das Reservas Educativas e das Casas do Ambiente e Cultura.
- c) Apoiar novos processos alternativos de **educação comunitária e popular**, em particular através da criação centros de recursos e de animação infantil, formação para o desenvolvimento (alfabetização via rádio) e surgimento de fóruns de concertação dos promotores locais de ensino.
- d) Contribuir para o surgimento de **sistemas mutualistas de saúde** e de **microcrédito**
- e) Promover a criação de **novos tipos de organização** para a solução de problemas locais, para o incremento de políticas de desenvolvimento e para o controlo e seguimento das intervenções comunitárias, com as características do tipo do grupo de amigos do Hospital de S.Domingos, dos comités de desenvolvimento de regulados de Cantanhez e da Assembleia Geral do Projecto PIC.

E

O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA AD

Para os próximos 10 anos da sua intervenção, a AD define e baliza alguns dos aspectos que considera relevantes e que vão reforçar a sua própria identidade e modo de estar na vida.

1 - Áreas Geográficas de Intervenção

Desde a sua fundação, em 1991, a AD desenvolve os seus programas em três zonas bem distintas do território nacional. Duas em zonas rurais, na região de Tombali (sectores de Cubucaré e Quitafine) e na região de Cacheu (sectores de S.Domingos e Ingoré), e uma em zona urbana, no sector autónomo de Bissau (bairro de Quelélé).

Mais recentemente, em 2003, embora dentro destas mesmas zonas, a intervenção da AD estendeu-se aos sectores de Cacheu, Canchungo e Caió, na região de Cacheu.

A escolha destas zonas tem a ver com o facto de:

» para o caso de **Cubucaré**, grande parte dos técnicos e quadros que fundaram a AD, terem estado directa ou indirectamente envolvidos no funcionamento e sucesso do Projecto Integrado de Caboxanque (PIC), de 1978 a 1991, e considerarem um imperativo moral e de consciência prosseguirem e incrementarem as dinâmicas emergentes, cujos desafios de desenvolvimento são de longo prazo, em especial as de carácter associativo e que na altura se evidenciavam já como de referência no país;

» a escolha de **S.Domingos** baseou-se na situação de completo abandono e encravamento dessa região fronteiriça, onde o movimento associativo de base era inexistente. Tratava-se assim de um desafio, uma vez que, se no sul a proposta era o da qualificação e crescimento de um movimento associativo que já existia, no norte tratava-se de partir do zero absoluto e incrementar o surgimento de um novo modelo de organização rural.

» finalmente a escolha de **Quelélé**, surge de forma mais espontânea e menos assumida, em que o objectivo de a AD era o de ter apenas uma intervenção pequena e pontual. O facto da sua sede nacional estar situada neste bairro, impôs um relacionamento com a população local e a consequente partilha de problemas e esperanças que teve um impacte no início impensável, implicando que a acção da AD ultrapassasse o inicialmente previsto.

Com base nesta referência histórica, a política de intervenção geográfica da AD para os próximos 10 anos, irá assentar nos seguintes pressupostos:

a) **Zonas de intervenção preferencial:** são as zonas tradicionais onde a AD tem vindo a trabalhar de forma permanente e com estruturas locais de acompanhamento e seguimento, e onde procurará fazer o aprofundamento qualitativo dos seus temas fortes: sectores de Cubucaré, S.Domingos e Ingoré, assim como o bairro de Quelélé;

b) **Zonas de apoio sem intervenção directa:** são aquelas em que a AD não construirá instalações logísticas de apoio e cujas intervenções serão realizadas através de parceiros locais de tipo associativo de reconhecida autoridade moral e que assumam a responsabilidade de conduzir as dinâmicas e os processos. A presença da AD será sempre pontual, respondendo à obrigação moral de contribuir para a difusão, incrementação e multiplicação das experiências de sucesso obtidas nas zonas de intervenção preferencial. Estão neste caso, os sectores de Quitafine, Quebo, Cacheu, Canchungo e Caió. O apoio da AD manifestar-se-á através da sua abertura a:

» visitas de troca de experiência de técnicos de ONG, líderes e membros de associações de base, às zonas de intervenção da AD;

» participação de técnicos de ONG e líderes associativos nos cursos de formação organizados pela AD, ou nas visitas de estudo a países da subregião;

» procura de parceiros que possam financiar as iniciativas e projectos dessas ONG;

» participação da AD em seminários, reuniões de reflexão e visitas organizadas por outras organizações;

» organização conjunta com outras organizações e parceiros, de seminários, reuniões de reflexão e visitas.

2 - Domínios de Intervenção com Autonomia Progressiva

Há três iniciativas temáticas de intervenção da AD que nos próximos 10 anos irão gradualmente ganhar uma autonomia progressiva da AD, em função da respectiva capacidade em recursos humanos, experiência e definição de políticas de desenvolvimento institucional.

a) Escola de Artes e Ofícios de Quelélé (EAO)

Criada em 2002, esta Escola tem tido um impacto notável junto dos jovens dos bairros periféricos de Bissau.

O acesso fácil e rápido a cursos profissionalizantes como a serralharia e electricidade, assim como à informática, produção de batik, tinturaria, serigrafia, transformação de fruta, corte e costura e outros, cria enormes expectativas e interesse por parte dos jovens de ambos os sexos, cujo número de participantes tem vindo a aumentar de forma exponencial.

Em função da evolução da evolução das oportunidades de emprego, da procura de formação nos próximos 10 anos e da capacidade da Escola, novos cursos irão ser identificados e ministrados.

Depois de uma fase inicial, que se estima de 3 anos, em que a EAO vai criar o seu elenco de monitores permanentes e eventuais, adquirir experiência na gestão administrativa e pedagógica, constituir o seu referencial de currículos escolares, determinar os custos reais de cada um dos cursos e estabelecer uma base de parceiros que financiarão o programa académico anual, pensa-se que ela estará em condições de assumir progressivamente uma autonomia administrativa e financeira.

A partir desse momento a EAO deverá assegurar através de receitas próprias e de financiamentos de organismos interessados na formação profissional dos jovens, tais como a OIT e Banco Mundial, as despesas de funcionamento, de recursos humanos e de execução de cursos.

Logo que a AD assuma, pelo impacto dos seus cursos, que a formação ministrada é de qualidade, que os currículos dos cursos estão consolidados e que a Escola dispõe de condições sustentáveis para prosseguir os seus cursos, irá solicitar ao Ministério da Educação Nacional o reconhecimento oficial dos diplomas atribuídos.

A AD reserva-se, a partir daí, o papel de participar no Conselho Directivo da EAO, em pé de igualdade com a Associação dos Moradores de Quelele, de representantes de Associações de Jovens, de representantes de empresas passíveis de empregar os jovens formados e do Ministério da Educação e, nessa qualidade, poder interferir na escolha dos programas prioritários e avaliar a performance do funcionamento da EAO.

b) Centro de Formação Rural de S.Domingos (CENFOR)

Criado em 2003, nas instalações da antiga Escola de Poceiros de S.Domingos, foi entregue pelo Governo da Guiné-Bissau à AD por um período de 10 anos, para que a nossa ONG reabilitasse as infraestruturas, fortemente degradadas por anos seguidos de abandono e extorsão de equipamento e material, e promovesse a realização de cursos profissionalizantes vocacionados para as zonas rurais.

O processo de autonomização vai ser mais lento que o da EAO, especialmente devido a três ordens de razões:

- » há que proceder previamente à reabilitação física de todas as infraestruturas do Centro (sala de aulas, administração, residências, armazéns e oficinas);

- » à dificuldade em encontrar e formar um staff de monitores local que assegure o ministramento dos cursos previstos;

- » as dificuldades financeiras dos jovens das zonas rurais para assumirem o pagamento total ou parcial dos custos de formação.

No entanto, prevê-se o estreitamento das ligações entre o CENFOR e a EAO, para uma valorização da experiência e processos de gestão desta última, não sendo de excluir que numa fase muito mais avançada estas 2 escolas venham a dispor de uma mesma direcção.

Paralelamente, será uma preocupação constante, tanto para a EAO como para o CENFOR, reforçar e identificar novas oportunidades de cooperação com outros centros de formação do país e do estrangeiro, especialmente dos países vizinhos, com o objectivo de promover:

- » a troca de experiências sobre currículos, pedagogia, gestão administrativa e outros
- » a formação de monitores da EAO e do CENFOR
- » o intercâmbio de monitores e ministramento de cursos
- » o apoio em termos de equipamento e material didáctico.

c) Rádios Comunitárias

A primeira Rádio Comunitária da Guiné-Bissau foi criada há 10 anos (1994) por iniciativa da AD. Hoje existem mais de 15 Rádios, entre as que já funcionam e as novas que estão prestes a começar as suas emissões.

Um longo caminho foi percorrido. Hoje, o papel e importância destas rádios é já inquestionável, tanto pelo governo como pelos financiadores, presentes cada vez em maior número e por vezes não pelas melhores intenções.

Para as comunidades locais, a importância da rádio tem vindo a aumentar na medida em que a rádio é um meio de comunicação de massas com vantagens específicas quanto à:

- » tomada de consciência sobre assuntos de actualidade com base na velocidade de transmissão de informações;
- » possibilidade de feedback imediato dos ouvintes assim como fazer debates;
- » sensibilização e mobilização para acções concretas;
- » capacitação num contexto como o nosso, de baixos níveis de alfabetização;
- » cobertura, de uma forma integrada, de diversos sectores: agricultura, saúde, higiene e ambiente;
- » carácter informal que se pode imprimir à rádio.

Persiste a necessidade de avaliações periódicas de audiência, para identificação de novas necessidades e procura por parte dos ouvintes da melhoria da programação.

Se o apoio da AD no início da sua constituição era omnipresente, hoje a maior parte delas têm já um leque de recursos humanos em quantidade e qualidade, conseguiram estabelecer com as comunidades locais vínculos solidários e começaram já a procurar fontes alternativas de receitas para o seu funcionamento. A sua concertação na Rede Nacional das Rádios Comunitárias, a RENARC, é outro dos pontos altos da sua evolução e progresso.

Daí que, nos próximos anos, a intervenção da AD neste domínio, deixe de ser individual com cada uma das rádios, e passe a centrar-se no reforço da Rede, na formação de radialistas e nas questões de defesa da liberdade de comunicação, em especial na elaboração de uma Lei das Rádios Comunitárias e na sensibilização para a sua aprovação pelo Parlamento.

3 - A Sustentabilidade da AD

O conceito de sustentabilidade comporta em si vários equívocos, o mais importante dos quais é o de ser confundido única e exclusivamente com a capacidade da ONG em gerar receitas que assegurem o seu funcionamento ou sobrevivência.

É assim que vemos certas colegas ONG em exercícios de verdadeiro conturcionismo financeiro, seguindo à letra este equívoco, a empenhar-se na produção e venda de produtos, sempre com resultados contrários aos inicialmente pretendidos.

A AD assume claramente que a sua sustentabilidade assenta única e exclusivamente na sua **credibilidade**.

Credibilidade junto das organizações de base com quem trabalha e com os parceiros exteriores.

Credibilidade que deve continuar a assentar na qualidade dos seus programas, na defesa consistente dos seus princípios e opções assentes numa ética de desenvolvimento e não baseados em prioridades de ocasião que vão mudando ao sabor das oportunidades de financiamento, no rigor da sua intervenção, na capacidade em transformar ideias em resultados concretos, na valorização máxima dos recursos humanos, materiais e financeiros de que dispõe, na promoção de jovens quadros nacionais de competência reconhecida e na procura incessante de caminhos e trilhos novos que conduzam a dinâmicas de mudança política.

A AD continuará a estar na primeira linha de combate pela cidadania, contra as ditaduras, contra a violação dos direitos humanos, contra as injustiças praticadas dentro e fora dos tribunais, nunca pactuando com aqueles que, alegando um falso apoliticismo, fingem esquecer o país em que vivem, as violações diárias de que são vítimas as comunidades locais e os seus colegas da sociedade civil, refugiando-se em pseudo-equidistâncias encobridoras de um demissionismo que acabam por renegar em fóruns internacionais, onde se apresentam como vanguardistas na denúncia das imoralidades que desde há 30 anos prevalecem no país.

É esta postura sem tergiversações que a AD vem assumindo desde há 12 anos e que lhe granjeou respeito e consideração pelas comunidades de base com quem trabalha e dos parceiros que nela acreditam, que representa um capital que tem de ser valorizado e mantido, como ponto crucial da credibilidade da nossa ONG.

4 - Uma ONG de Procedimentos ou de Resultados ?

Atravessamos um período em que alguns dos nossos parceiros por quem temos um profundo respeito por serem companheiros de caminhada desde a criação da AD, nos vêm pressionando cada vez mais para adoptarmos procedimentos administrativos morosos, exigentes em tempo e recursos humanos e que para a nossa ONG são de eficácia duvidosa.

Temos tentado fazer valer os nossos argumentos alicerçados em elementos concretos mas, curiosamente, este tipo de propostas dos nossos parceiros é tão mais exigente quanto os fundos alocados aos projectos vão diminuindo. Estamos confrontados então com a resolução da quadratura do círculo: mais procedimentos que exigem mais recursos financeiros e simultaneamente montantes dos projectos a serem reduzidos.

Mas a questão de fundo não é só esta.

A AD questiona a pertinência de se pretender gastar cada vez mais tempo em procedimentos aparentemente participativos, elaboração de quadros lógicos, realização de planificações estratégicas e toda aquela parafernália de conceitos digeridos à pressa, mas que, por estarem na moda, têm de ser cumpridos. Até que daqui a alguns anos, muito provavelmente os mesmos defensores de hoje, venham a questionar com igual convicção a sua validade e interesse. Até lá, pretendem que percorramos esta via sacra para mal dos nossos pecados.

Para a AD os procedimentos só se justificam se forem portadores de uma ética de comportamento e simultaneamente alcançarem resultados objectivos e concretos para as comunidades para quem trabalhamos. Tudo o resto é, como dizia alguém, *“o delírio da actividade inútil”*.

Procedimentos **sim**, na justa medida em que melhorem o trabalho, reforcem as dinâmicas e façam avançar os processos.

Procedimentos **não**, quando for para desviar a AD e os seus quadros do *terreno* para os *gabinetes*, da discussão com as comunidades para as charlas académicas nos salões sobre o sexo dos anjos, do trabalho concreto nas tabancas para a elaboração de relatórios e mais relatórios que ninguém chega sequer a ler.

Para a AD a cultura do procedimento, **não**.

A AD justifica-se pelas acções concretas que realiza e pelos resultados que obtém, não pelas bonitas intenções e metodologias ineficazes que pratica, ou pela procura em refazer consciências assumindo-se como líder de processos que ninguém acompanha, acabando por ficar orgulhosamente só.

A história da AD tem sido a de procurar um justo equilíbrio entre a necessidade objectiva de criar dinâmicas e obter resultados e a de utilizar procedimentos que os potenciem e legitimem, sempre com a convicção que se tiver que haver um a perder, que sejam os procedimentos e não o trabalho de terreno.

5 - O que Melhorar ?

Cinco aspectos devem merecer uma substantiva melhoria nos próximos anos.

a) Funcionamento dos Comitês de Programas Locais

Para cada zona de intervenção da AD (PIC, PAN e Quelele) estão constituídos Comitês de Programa que reúnem o Director do Programa, os técnicos e quadros que nela intervêm, representantes de algumas associações e certas pessoas-recurso das respectivas comunidades. São instâncias de definição de prioridades, acolhimento e discussão de novas iniciativas, acompanhamento e avaliação das acções em curso. Servem igualmente para fazer o balanço e analisar de forma mais aprofundada a pertinência e interesse de uma dada intervenção de longa duração. Reúne-se normalmente uma vez por mês.

Por serem órgãos de concertação e repartição de tarefas entre a AD, as associações e as pessoas influentes locais, servem para transmitir um sentimento de pertença a todos quantos estão envolvidos no programa e a dar-lhe uma coerência global.

A irregularidade do seu funcionamento, a deficiente preparação dos temas e assuntos a debater por parte dos seus membros e por vezes a dificuldade na sua liderança, em especial no monitoramento das decisões tomadas, retiram a estes Comitês muita da importância que deviam ter. Abre-se assim caminho à procura de soluções individuais, ao espontaneísmo das intervenções, à duplicação de esforços e recursos e à não potenciação dos resultados obtidos.

Trabalhar profundamente as atribuições, métodos de direcção e seguimento das decisões por parte destes Comitês de Programas e do trabalho específico do seu Director com cada um dos seus membros, inteirando-se das dificuldades de execução e dando directivas, é uma tarefa futura prioritária.

b) Elaboração de Programas de Actividades

A todos os níveis da AD existem dificuldades notórias na elaboração de programas de actividades, sejam eles anuais ou semanais, para não dizer mesmo diários.

Quase que se pode dizer que é mesmo um problema cultural, num país em que tudo é permanentemente alterado e reprogramado ao sabor das mudanças políticas e das dificuldades diárias. Prevalece a mentalidade de que as soluções não devem ser pensadas com tempo, mas em cima da hora, à medida que elas vão aparecendo e condicionando a evolução das actividades.

Impõe-se alterar de forma gradual esta forma de estar na vida e no trabalho, fazendo ver que a elaboração de um programa melhora efectivamente o rendimento individual e colectivo da organização, por mais que custe no início torná-lo uma rotina.

A abordagem desta questão tem de ser feita conjugando simultaneamente os processos clássicos de formação, com uma abordagem individual prática com cada um dos quadros, procurando identificar as suas resistências “naturais” e encontrando conjuntamente com cada um deles as soluções mais elementares. Para mais tarde ficará o acesso a programações mais evoluídas.

c) Capacitação individual dos Quadros

Se nos últimos anos se conseguiu, em alguns casos, uma capacitação dos quadros da AD em termos de concepção política da sua intervenção, já a nível técnico e de especialização temática, quase nada foi feito.

A rápida evolução e progresso dos temas fortes da AD, não se coadunam com o marcar passo a nível de conhecimentos e a falta de capacidade de resposta técnica para as questões que se vão colocando.

Se a animação e organização comunitária é um dos pontos fortes dos quadros da AD, já o nível dos seus conhecimentos técnicos tem estagnado nos últimos tempos.

No domínio agrícola, um dos temas mais importantes dos programas da AD, impõem-se urgentes reciclagens e capacitações para poder responder com realidade às exigências feitas pelos grupos com quem trabalhamos. Elas passarão obrigatoriamente pela participação em cursos no estrangeiro (o Senegal, pela proximidade, afigura-se como a melhor alternativa), formações locais (em Iemberem, S.Domingos e Bissau) de curta duração e a constituição de bibliotecas dotadas de livros técnicos muito práticos. Vencer a reserva dos quadros em utilizar os livros para o seu trabalho diário terá de ser outro dos desafios da AD nos próximos 10 anos.

A AD deve recuperar e reforçar uma prática dos seus primeiros anos de vida e que consistia em identificar e utilizar de forma sistemática oportunidades de participação dos seus quadros em seminários e cursos de curta duração no estrangeiro.

Paralelamente, impõe-se que a AD comece a especializar alguns dos seus quadros em temas fortes da sua intervenção, a saber:

- » Ensino Ambiental
- » Comunicação e Informação Comunitária
- » Crédito mutualista
- » Nutrição e saúde mutualista
- » Ensino Profissional

A AD irá investir fortemente na síntese e publicação das suas experiências e resultados como uma contribuição a que moralmente se obriga, recorrendo à realização de encontros anuais temáticos, em que os quadros técnicos da AD serão chamados a preparar comunicações escritas e a discutir as suas experiências e pontos de vista com os outros participantes. Os quadros serão assim estimulados a proceder à procura, utilização e valorização de dados e documentação técnica, o que poderia ter como um dos resultados a publicação de séries temáticas.

d) Avaliação da performance individual dos Recursos Humanos

A AD tem necessariamente que começar a implementar um sistema simples de avaliação da eficiência dos seus quadros e dirigentes, evitando que a actual situação de avaliação informal se transforme num processo subjectivo de apreciação de qualidades e atributos.

Não sendo propriamente uma organização pequena, uma vez que nela trabalham permanente ou temporariamente mais de 50 pessoas, há que definir prioridades e adoptar um método que seja aceite por todos e os responsabilize.

A primeira prioridade deve recair sobre o quadro técnico da AD (responsáveis e técnicos) para numa segunda fase atingir o restante pessoal administrativo.

No que diz respeito aos **quadros**, os critérios a utilizar deverão incluir:

- » grau de cumprimento dos programas e dos seus objectivos,
- » espírito de iniciativa,
- » capacidade de organização,
- » autonomia na execução das tarefas,
- » sentido de responsabilidade,
- » capacidade de comunicação,
- » delegação de responsabilidades (em que casos se aplica),
- » melhoria de conhecimentos.

As avaliações serão efectuadas anualmente e por escrito pelo superior hierárquico e incluirão observações do Director Executivo; os resultados das avaliações serão utilizados para o prolongamento ou não dos contratos.

e) Descentralização da Gestão Financeira

Tem sido um dos maiores estrangulamentos na execução dos projectos rurais da AD.

A falta de instituições bancárias fora de Bissau e a dificuldade em encontrar contabilistas qualificados ou quadros competentes e sérios, obriga a uma centralização completa da gestão financeira a nível de Bissau.

A procura de soluções que garantam a gestão correcta dos recursos financeiros alocados aos projectos merece uma especial atenção que vai exigir muita reflexão e capacidade criativa.

6 - Organização Interna

Se por um lado, os fracos recursos financeiros disponíveis da AD para o seu funcionamento apontam para a necessidade de se ter um quadro de pessoal limitado, já as exigências dos desafios a que nos propomos para os próximos 10 anos, impõem o recrutamento de um maior numero de quadros qualificados.

Sem se pretender definir à partida uma quantificação exacta desses quadros, não deixa de ser importante definir as suas características e balizar o seu número.

a) A nível central de Bissau

A evolução do actual quadro orgânico de funcionamento da AD deve caminhar no sentido da criação e definição de atribuições para as seguintes estruturas:

- Uma **Direcção Global** encarregue da gestão dos recursos humanos, da administração financeira e logística, assim como a ligação com os outros corpos sociais (Assembleia Geral e Conselho Fiscal). Constituída por 1 a 2 pessoas;
- Uma **Direcção de Programas** encarregue de coordenação das intervenções entre Norte, Sul e Bissau, do seguimento e avaliação e da procura e colecta fundos. Constituída por 1 a 3 pessoas;
- **Grupos de Trabalho Temáticos** envolvendo os sócios da AD na discussão de temas fundamentais e estratégicos da sua intervenção (descentralização, informação e comunicação, ensino, microcrédito, valorização dos produtos agrícolas, etc.);
- **Serviço Administrativo**, composto por:
 - 1 Contabilista
 - 2 caixas
 - 2 responsáveis de compras
 - 1 secretário
 - condutores
 - guardas nocturnos
 - serventes

b) A Nível das Zonas de Intervenção

- Uma **Direcção Técnica**, constituída por todos os técnicos e quadros, encarregue de coordenar e dinamizar as intervenções da AD nessa zona geográfica;
- Um **Director**, encarregue da coordenação dos programas locais, da gestão dos recursos humanos, da administração financeira e logística e dos contactos com as autoridades locais e tradicionais, departamentos técnicos governamentais e outras organizações de intervenção local, tanto privados como da sociedade civil;
- Um **Comité de Programas**, constituído pela Direcção Técnica e por pessoas recurso da comunidade que, pelas suas capacidades, clarividência, empenho, prestígio e dinamismo, devem participar activamente na definição das políticas e prioridades da AD para aquela zona.
- Um **Serviço Administrativo** composto por:
 - 1 caixa
 - 1 secretário
 - condutores
 - guardas e serventes

7 - Avaliações e Verificação de Contas

Se até agora as avaliações do trabalho da AD se têm limitado à realização de auditorias financeiras anuais e à verificação de contas dos projectos por nós executados, já a avaliação técnica dos programas de terreno se têm limitado ao processo informal das observações de terreno feitas pelos nossos parceiros nos momentos em que acompanham a sua execução.

a) Avaliações Externas

- **Auditorias Anuais** por instituições independentes e escolhidas de acordo com os parceiros da AD;
- **Verificação de Contas** feitas directamente pelos parceiros que preferam esta modalidade;
- **Avaliações Técnicas Anuais** por técnicos das ONG parceiras;
- **Avaliações Técnicas Pontuais** (meio percurso ou finais) realizadas por equipas especializadas, mediante termos de referencia. Neste caso, pretende-se criar um sistema inovador que envolva as comunidades com quem trabalhamos em processos de avaliação da performance da AD;

b) Avaliação Interna

- **Verificação Anual de Contas** feita pelo Conselho Fiscal da AD;
- **Avaliações técnicas** realizadas por grupos de trabalho designados pelos sócios da AD, a programas específicos.

F

OS PARCEIROS DA AD

O ano de 2003 caracterizou-se pelo prosseguimento do normal relacionamento com os nossos parceiros, sendo de destacar o reforço da cooperação com o Instituto Marquês Valle Flôr, o novo projecto de média duração de apoio às rádios comunitárias assegurado pela NOVIB, o reatamento da cooperação com o IEPALA e a concretização do início da cooperação com a OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A nível nacional, prosseguiu o excelente relacionamento com a Administração do Sector de S. Domingos e com o Ministério da Saúde, não se podendo dizer o mesmo de certos departamentos governamentais que persistem em ver nas ONG nacionais, os rivais capazes de colocar a sua ineficácia e incompetência à vista de todos.

Em termos de países, o ponto da situação das parcerias da AD apresenta-se do seguinte modo:

a) Holanda

Com a **ICCO**, o nosso parceiro histórico, temos estado a discutir sobre questões de fundo referentes aos desafios da AD e ao seu desenvolvimento institucional. Prosseguiu em 2003 o financiamento ao PIC (Programa Integrado de Cubucaré) no valor de **93.025 Euros** e ao PAN (Programa de Apoio aos Agrupamentos do Norte) no valor de **45.500 Euros**. Esta organização continua a levantar muitas interrogações sobre a sua continuidade na Guiné-Bissau, fruto de uma estratégia de concentração de intervenção num numero reduzido de países. Está assegurado no entanto o financiamento para 2004, no valor de **93.025 Euros** (PIC) e de **45.256 Euros** (PAN).

Com a **NOVIB** renovou-se o projecto por um período de 3 anos que vai de Outubro de 2003 a Setembro de 2006, no valor de **278.500 Euros**. O facto de se ter abandonado o sistema de projectos anuais em favor de um trienal, veio dar a possibilidade de se programar a médio prazo o desenvolvimento do sector das rádios e televisões comunitárias.

A **Kinderen in de Knel** financiou o Projecto de apoio à formação de vocacional para jovens vítimas da guerra, no valor de **20.000 Euros**. Também esta ONG está a passar por um período de estruturação interna, sendo de prever que acabe integrada num conjunto de outras ONG. Daí que a continuidade da cooperação com a AD esteja seriamente posta em causa.

b) Portugal

Com o **Instituto Marquês Valle Flôr (IMVF)** a AD concebeu e desenvolveu uma série de projectos, tendo:

- » começado em Maio de 2003 o **Projecto Kasumai** no valor de **775.000 Euros**, com a duração de 4 anos, que visa o desenvolvimento do sector de S.Domingos nos domínios da economia rural, saúde e educação, contando com o cofinanciamento da União Europeia e do IPAD e a parceria da ACEP;

- » sido aprovado com o cofinanciamento da União Europeia e do IPAD o projecto de segurança alimentar para o sector de Cacheu (PISAC), no valor de **500.000 euros**, para 3 anos, o qual irá ter início em Janeiro de 2004;

- » sido preterido o projecto de 4 anos de desenvolvimento dos sectores de Cubucaré e Quitafine, intitulado **Onaradim**, apresentado à União Europeia no quadro do programa B7-6000;

- » prosseguido o quarto ano de execução do **Piquelele**, iniciativa conjunta com a ACEP e IED e onde o apoio do IMVF se centra na melhoria do Centro de Saúde, no apoio aos fundos rotativos para as mulheres e jovens e saneamento urbano. Este projecto termina em Janeiro de 2004.

Com a **ACEP**, para além do Piquelele, centrado na realização de um curso de formação de animação comunitária para jovens quadros e num seminário sobre descentralização, a parceria incluiu a conclusão em Novembro de 2003 do Projecto financiado pelo IPAD de produção de um manual de plantas medicinais para as escolas EVA, o qual foi editado com grande sucesso. A Doação Global da União Europeia para o desenvolvimento da comunicação e organização comunitárias, no valor de **107.032 euros**, que havia sido

aprovada, acabou por ser anulado pela EU. Durante este ano várias ideias de projecto foram identificadas, tendo a continuidade do Piquelele sido submetida a financiamento da UE, sem se ter ainda uma decisão.

Com o **IED**, prosseguiu o apoio em assistência técnica à Escola de Artes e Ofícios de Quelele integrado no projecto Piquelele, conjuntamente com a ACEP e o IMVF.

Com a **Cena Lusófona**, prosseguiu a colaboração no domínio da animação cultural no Centro Cultural Juvenil de Quelele, assim como no Centro Juvenil Multimédia, onde se realizou um curso para documentalistas da AD e do Grupo Cénico “Os Fidalgos”, incluindo o fornecimento à Biblioteca desse Centro de um lote de livros de teatro.

Com a **Saúde em Português**, prosseguiram os contactos no sentido do fornecimento em 2004 de equipamento para a maternidade de Lemberém.

Prosseguiram os contactos com a **Câmara Municipal de Leiria** com vista à sua geminação com a futura Câmara Municipal de S.Domingos. O clima político, prevalecente em 2003, de franca hostilidade do Governo para com Portugal impediu que esta iniciativa fosse avante. Prevê-se que em 2004, se acelere o processo que tem boas condições para avançar, estando já envolvido mesmo que informalmente, a Escola Politécnica de Leiria, na realização em 2004 de cursos de formação na EAO sobre informática e auxiliares de infância.

Pelas mesmas razões anteriores, com o **Ministério da Segurança Social e Trabalho** a cooperação sofreu uma paragem à espera de maior estabilidade no país e de uma clarificação democrático-política. No quadro do Programa STEP-Portugal executado pela OIT, concebeu-se um projecto de 2 anos para a criação de uma Mutualidade de Crédito em Quelele que deve nascer em 2004. Em concepção está a criação de uma unidade de electrónica na EAO para a formação de jovens neste domínio.

O **IPAD** concedeu apoio através do financiamento do Manual de Plantas Medicinais, com a ACEP, Faculdade de Farmácia de Lisboa e Centro de Botânica do IICT, e cofinanciou os Projectos Kasumai e PISAC, em parceria com a UE, IMVF e ACEP.

c) Espanha

Com o **Ayuntamiento de Elx** prosseguiu o programa iniciado em meados de 1999 e que cobre o sector de S.Domingos, tendo-se concentrado em 2003 no domínio da **saúde**, através da construção de uma sala de operações no Hospital daquela cidade e a vinda em Setembro de uma missão oftalmológica de 6 médicos e enfermeiras para a realização de intervenções de remoção de cataratas e tracomas. O facto de a chegada da missão se ter verificado na véspera do golpe de estado de 14 de Setembro 2003, inviabilizou a realização destas operações. Prevê-se que em finais de Agosto de 2004, esta missão possa regressar e cumprir os seus objectivos. A cooperação estendeu-se ao fornecimento e instalação de tubagem de canalização e depósito de água para o lumu de Elia, o que foi concretizado em 2003. O facto de os fundos

disponibilizados anualmente serem limitados levou à eliminação de alguns temas como a **comunicação** e a **economia**, concentrando-se a cooperação a nível da saúde (missões médicas) e Centro de Formação Rural de S.Domingos (reabilitação das infraestruturas e criação de um curso de carpintaria).

Com o **IEPALA** conseguiu-se retomar os contactos e conceber um projecto que se apresentou a financiamento da Doação Global da UE, para a diversificação da produção na zona fronteiriça, no valor de **132.346 Euros**, para ser realizado em 3 anos. O projecto terá início logo no primeiro semestre de 2004. Mais do que o próprio financiamento, o facto da cooperação ter sido retomada com esta ONG é uma aspecto muito encorajador, sobretudo se tivermos em conta o seu papel na nossa ligação a ELX.

d) Bélgica

A **Solidarité Socialiste**, enquanto um dos mais antigos parceiros da AD, continua a representar para nós uma referência e um exemplo notável de espírito solidário que ultrapassa o estrito quadro da execução de um projecto, para se inserir nas preocupações e desafios da AD. Depois do apoio à associação de Costureiras de Quelele, em Maio de 2003 deu-se início a um novo projecto de 5 anos, **Reforço do Movimento Associativo** Rural do Norte, no valor de cerca de **200.000 Euros**, sendo que para o primeiro ano (2003-04) o montante atribuído foi de **40.000 Euros**. O projecto visa o aumento da consciência de cidadania através das emissões da Rádio Kasumai e valorização do palmar enquanto elemento importante da integração subregional. Paralelamente, esta ONG apoiou a participação da gerente da Mutualidade de Saúde de Iale num Seminário regional realizado no Burkina Faso.

O **CNCD** está igualmente em fase de reestruturação e redefinição de objectivos, prioridades e parceiros. Vale a pena explorar a sua nova estratégia, em particular no domínio da elaboração de uma legislação sobre o associativismo, que o promova e facilite a legalização dos agrupamentos de base.

e) Organizações estrangeiras sediadas em Bissau

O **Fundo Canadiano de Iniciativas Locais (FCIL)**, que nos primeiros anos de trabalho da AD havia sido um importante financiador das associações de base apoiadas pela nossa Ong, voltou a assumir-se este ano como um parceiro incontornável, exigente mas flexível, com uma elevada capacidade de acompanhar as intervenções no terreno. Em 2003 salientem-se dois projectos que foram financiados: a construção da Escola EVA de Cadique e a Maternidade de Iemberém, esta última no valor de **17.143 Euros**. As obras desta irão ficar concluídas no início do segundo semestre de 2004.

f) Organizações Internacionais e regionais

A este nível a **União Europeia** é o mais importante parceiro da AD, através do seu cofinanciamento aos vários projectos acima indicados: Piquelele, Kasumai, PISAC e a Doação Global com o Iepala, prosseguindo assim o apoio que vem concedendo à AD.

A **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** iniciou em 2003 com a AD dois inovadores projectos, sendo um em Iale, na criação da primeira mutualidade de saúde, através de assistência técnica e formação no valor de **10.000 USD** e a criação de uma Mutualidade de Crédito em Quelele, no valor de **36.623 USD**. Este último programa irá ter, em 2004, uma contribuição do MTSS no valor de **32.000 Euros** para cobrir fundos de crédito, compra de equipamento e assegurar as despesas de funcionamento.

Prosseguiu em 2003 com a **UICN** a nossa parceria, em que há a assinalar que a adesão da nossa ONG à UICN foi aceite, pelo que somos actualmente membros de pleno direito. Continuou o apoio documental, científico e logístico pontual.

Com o **PAM** prosseguiu-se a colaboração, no domínio do programa “comida por trabalho” que incluiu o apoio à construção de escolas de verificação ambiental no PIC e no PAN, e às escolas Firkidja. Igualmente para a construção da maternidade de Iemberem e a algumas cantinas escolares.

A cooperação com o **PANOS** prosseguiu através da colaboração na organização de visitas de trabalho de radialistas da RENARC ao Mali.

Foram estabelecidos contactos com pequenas organizações como o Projecto **AGIR** e a **Rádio Neederland** que quer estabelecer um programa de formação para as rádios comunitárias.

g) Personalidades

São muitas as pessoas que continuam a apoiar a AD a título voluntário nas mais diversas actividades, o que é um motivo de orgulho para a nossa Ong, que as coloca ao mesmo nível das outras parcerias. Estas pessoas ensinam-nos e encorajam-nos a abraçar os valores da solidariedade.

Citemos os casos dos professores portugueses **Paulo Rodrigues**, **Ruth Miranda** e **Marta Calado** que em 2003 ministraram aulas de português aos professores das escolinhas, a jovens quadros da AD e a alunos da 5ª classe de Quelele. A Ruth começou a preparar com as crianças do bairro um livro de receitas tradicionais de culinária com desenhos das próprias crianças, o qual será editado em 2004.

Prossegue a contribuição de **Caetano Santos** na promoção do basquete a nível de Quelele e é já um exemplo único a nível de todo o país. Também o professor **Hubert Lelotte** continua a procurar encontrar financiamentos para

reforçar os programas da AD e começou a elaborar um novo manual para as EVA intitulado “Olho, Lupa e Microscópio”.

O **António Palmeira** disponibilizou-se para vir dar um curso de serigrafia na EAO de Quelele, tendo deste modo contribuído para a formação de uma dezena de jovens de ambos os sexos e que actualmente já dominam as técnicas de base para a produção de t-shirts, bonés e cartazes.

O realizador **Andrzej Kowalski** continua a levar às costas o projecto inovador da TVKLELE e da TVKasumai que já foi criada.

Para todos eles, a certeza que a AD os tem como referência moral e bebe no seu exemplo para encontrar a coragem de ir em frente.

Bissau, Junho de 2004

A Direcção